



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 24-02-2006

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no salão nobre da Junta de Freguesia de Santa Joana, sito na Avenida D. Afonso V – Santa Joana, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel da Silva Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo da Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, Maria Fernanda Santos Henriques Cunha, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, António dos Santos Costa, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel Arede de Jesus, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 18:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário para apreciação do pedido de suspensão do mandato pelo período de 90 dias (22 Fevereiro 2006 a 23 Maio de 2006) do Vogal João Pedro Simões Dias, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia.

Ainda, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira e Paulo Jorge Barreto Marques Maia pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro e Joaquim Manuel da Silva Marques, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que a Presidente de Junta de Freguesia, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fez substituir nesta reunião, por Octávio Manuel Rodrigues Santos. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Plano de Pormenor de Rasos — aprovação;**
- Ponto 3. – Aquisição, por permuta de bens, de um terreno destinado à implantação do Parque de Feiras e Exposições;**
- Ponto 4. – Protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro e a Companhia de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes;**
- Ponto 5. – Estatuto remuneratório dos órgãos sociais das empresas municipais EMA-EM (Estádio Municipal de Aveiro) e PDA-EM (Parque Desportivo de Aveiro);**
- Ponto 6. – Regulamento dos Cemitérios municipais de Aveiro;**
- Ponto 7. – Regulamento de Venda Ambulante do Município de Aveiro — alteração;**
- Ponto 8. – Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005 (até final do mandato).**

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 04 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 05 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e quatro abstenções.

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana.

Vogal Victor Martins (PPD/PSD):

“Ex.ma Sra. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Amigos de Santa Joana

É com particular satisfação que a Junta de Freguesia de Santa Joana abre as suas portas à realização da segunda reunião de Assembleia Municipal fora do seu contexto habitual, após as últimas eleições autárquicas.

É uma enorme honra poder receber, nesta casa, tão digníssimos representantes do povo de Aveiro, ao qual nos orgulhamos de pertencer, e tão ilustres representantes de um poder local que se caracteriza pela sua proximidade ao cidadão, pela sua abertura e pela sua luta quotidiana ao cidadão, pela sua abertura e pela sua luta quotidiana em prol das pessoas.

À Dr.ª Regina Bastos, presidente deste órgão deliberativo, o nosso especial agradecimento por ter pensado nesta terra como uma possível anfitriã desta iniciativa, tão pertinente aos nossos olhos e aos olhos dos cidadãos de Santa Joana.

De facto, iniciativas como esta não podem deixar de ser louvadas. Além de permitir aos cidadãos, moradores nas freguesias periféricas de Aveiro, o poder presenciar o desenrolar dos trabalhos de uma Assembleia Municipal, estou certo de que, acima de tudo, constituirá um incentivo a uma participação mais activa e directa das comunidades na res publica, principalmente dos nossos jovens, a quem urge sensibilizar nesta matéria. É esta a nossa definição de política, um trabalho empenhado, concentrado, pensado com e para a comunidade.

Depois destas palavras, resta-me apenas desejar à mesa da assembleia, ao executivo da Câmara Municipal e aos Vogais que compõem esta assembleia uma sessão de trabalho produtiva, tal como já é, aliás, habitual, pensando sempre no fim primeiro da mesma: o desenvolvimento harmonioso do Concelho de Aveiro. Tal como diz a velha máxima, “A união faz a força” e, apesar da fase financeira menos positiva que o município atravessa, estou convencido de que todos juntos, independentemente da cor política de cada um, encontraremos no diálogo e na entrega conjunta a solução que servirá, acima de tudo, o interesse dos cidadãos.”

Vogal Carlos Candal (PS):

“Eu devo dizer que sobre a parte democrática e legal ou ilegal da convocação desta reunião, falarei daqui a bocado. Neste momento quero apenas saudar os munícipes de S.ta Joana.

Eu estou muito ligado a esta freguesia, o que já leva uns anos largos, - o tempo passa muito depressa, e porque tenho a ver, - eu e o Sr. Custódio Ramos e os deputados da Assembleia da República, nessas duas legislaturas, começou numa e acabou noutra (onde eu não estava na segunda).

Foi uma iniciativa bem pensada, aliás a iniciativa política secundou a iniciativa da igreja, da paróquia e da comissão fabriqueira e de um grupo de cidadãos empenhados na criação da freguesia. Não vale a pena contar agora a história, foi relativamente fácil não havia problemas de maior, tirando ali um conflito que foi mais ou menos arbitrado; enfim, uma solução intermédia com S. Bernardo. O conflito era mais dos párocos das freguesias do que das paróquias, do que exactamente da população. Foi uma boa hora, esta freguesia tem um desenvolvimento e uma expansão manifesta, ostensiva e cumprimento as populações e as juntas de freguesia, para que prossigam nessa senda.

Já agora e envolvendo a câmara, é preciso sinalização toponímica; vim pela rotunda, tomei a placa que lá estava – Santa Joana, e depois, como a freguesia está muito grande, não chegava cá; andei às voltas e acabei por chegar. É fácil ir a Roma e esta freguesia está tão expandida que rapidamente se encontra algum local reconhecido, mas na rotunda da policlínica, o problema que tem havido ali e os acidente que têm havido ali, resultam de carência de sinalização antecipada: - tem que haver uma placa geral em todas as vias de acesso, dizendo onde é que se vira na rotunda para ir, para ir para onde e não apenas na embocadura das vias de saída. Bem, e depois dentro da freguesia, onde há alguma sinalização com placas. Terá que ser isso desenvolvido.

Mas os cumprimentos são para ..., não é a primeira vez: - a Senhora Presidente tem o cuidado de dizer que “é a primeira vez que aqui se vem neste mandato”, tem essa preocupação, mas é uma preocupação equivocada, duplamente equivocada, porque desta maneira airosa, ou menos airosa, deixa a impressão que é a primeira vez que isto acontece na história do município ou mesmo do distrito, dizendo que é neste mandato. A Assembleia já reuniu

aqui, há cerca de seis anos, - não sei se foi a primeira vez que saiu de portas, a segunda ou a terceira, mas já reuniu; com muito interesse para a Assembleia e o apoio da população. Não é fácil reunir fora da sede, mas é um pequeno sacrifício que é compensado pela aproximação deste órgão Assembleia, às populações. Haverá outras considerações, sobre a saída da Assembleia sobre a sua sede, ainda vou ter duas hipóteses de abordar esse tema hoje, e por isso termino renovando os meus cumprimentos e a minha saudação afectuosa e fraternal aos aveirenses de Santa Joana, augurando-lhes bom sucesso e bom progresso e pedindo-lhes que não percam o sentido aveirense dos valores aveirenses que também aqui nesta freguesia está em crescendo e portanto pode correr algum risco de descaracterização. Mas espero que a população em geral e os membros da junta tenham essa preocupação; e um cumprimento, e não é por causa de estar no púlpito, um cumprimento à igreja e ao pároco, que é uma pessoa de um grande dinamismo. Isto não tem nada a ver com religiosidade, é uma apreciação social que eu faço. É uma pessoa com grande dinamismo, a quem a freguesia já muito deve; esse entendimento entre a igreja e a sociedade civil e laica, desde que seja equilibrado é seguramente frutuoso.”

Vogal António Regala (PCP):

“É a primeira vez que eu estou num mandato na Assembleia, e consequência disso é a primeira vez que estou fora de portas da cidade de Aveiro, a fazer uma Assembleia Municipal. Cumpre-me de facto saudar o facto de termos tanta gente a assistir a uma Assembleia Municipal que é sempre de louvar, e é esse o objectivo fundamental das Assembleias Municipais, - irem ao encontro das populações, e as populações trazerem junto dos vogais das Assembleias Municipais as suas carências, as suas reivindicações e os seus anseios, para poderem eles próprios porem essas questões junto da câmara municipal. É de louvar esta iniciativa, e mais, é de agradecer na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana, o carinho que pôs na recepção que fez objectivamente à Assembleia Municipal, e às pessoas de Santa Joana que aqui estão presentes que no fundo traduzem o carinho com que nos receberam.

Gostava ainda de dizer, que o facto de se fazerem estas Assembleias Municipais descentralizadas, fora do centro do concelho de Aveiro, são aquilo que nós sempre temos defendido, porque trazem ao encontro das diversas forças políticas, o sentir das populações e dão-nos a conhecer, para que nos possam pedir responsabilidades dos actos que vamos praticando, - que é para isso que cá estamos, no sentido da defesa dessas mesmas populações.

Por isso mesmo, e para terminar, gostava de agradecer e de me regozijar mais uma vez por estar numa freguesia que embora seja das mais recentes do concelho de Aveiro, tem dado muitos exemplos de desenvolvimento e de progresso.”

Vogal Arsélio Martins (BE):

“É bom ver as pessoas na Assembleia; é bom ver as pessoas a discutir os problemas ou pelo menos a ouvir discuti-los.

Dr. Candal não é nenhuma novidade nisto, mas é garantido que eu sou uma novidade absoluta aqui. Nunca tinham recebido o Bloco de Esquerda em Santa Joana, e portanto esta é garantidamente a primeira vez que recebem o Bloco de Esquerda em Santa Joana.

O que faz um deputado nas minhas condições é simples: - dá a cara por ideias que defende, e quando vem a Santa Joana, como é normal, como vai a outro sitio qualquer, dirá que fará o melhor possível por acompanhar os problemas que Santa Joana terá ou tem, ou venha a ter ou já teve, vai tentar ser fiel ao seu mandato, e vai em principio ouvir todas as reclamações, tudo o que houver, e apoiar todo o sentido, o sentimento das pessoas para desenvolver as

suas terras. E quem me dera a mim que consiga fazer isso bem, quem me dera a mim que o povo de Santa Joana, consiga fazer bem o seu caminho e chegar bem ao destino que pretende, fazendo parte integrante de Aveiro, cultivando os valores de Aveiro e procurando um desenvolvimento coeso com Aveiro, com boas ligações, e particularmente com um profundo sentimento de que nós aqui fazemos parte de alguma coisa que tem que ser construída em comum.

A minha ideia sobre as Assembleias descentralizadas, é sempre esta: - quanto mais gente puder ouvir-nos e quanto mais gente eu puder ouvir, mais aprendo. Sempre que sair da minha casca, ou da casca da Assembleia, espero que possam ajudar os deputados, a ouvir tudo o que há para aprenderem, e depois poderem fazer melhor o seu trabalho.

Eu prometo que vou tentar fazer o melhor possível, o meu trabalho; e o meu trabalho é representar-vos sempre, aqui e em todo o lado.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP):

“Quero cumprimentar todos, e para a população de Santa Joana vão as minhas primeiras palavras de satisfação, de agradecimento, à Junta de Freguesia pela forma como nos está a receber, e uma satisfação muito grande, pelo número que constato, de participação, de presentes, da população aqui de Santa Joana.

Não estamos muito habituados a ter sessões tão concorridas, salvo num ou noutro caso, em que o tema é mais quente; mas a vossa presença é para nós um estímulo que apagará eventualmente algum, - e certamente será pequeno, sacrifício, que estas deslocações nos obrigam, porque seria muito mais cómodo para todos, efectivamente ser na cede da Assembleia, onde já existe tudo organizado, e poderíamos contar com isso.

Numa referência, gostei de ouvir com muita atenção todos os meus antecessores, mas o Sr. Dr. Candal é um caso muito especial, porque eu nunca pensei que ele tivesse dificuldades em chegar aqui, - um homem que esteve na base da criação desta junta de freguesia, assim como outros que eu não posso esquecer: Dr. Girão Pereira, e outros mais.

Nesta junta que nasceu já há muitos anos e que daí para cá deu provas efectivamente, de um saber avançar, de um saber andar, de um saber trabalhar, que seria um exemplo a ser copiado por outras juntas de freguesia que existem neste país.

A todos vocês muito obrigado, espero que efectivamente este trabalhos corram de maneira a interessar-vos mais, e de modo a espreitar-vos ou a motivar-vos também, para que se desloquem à sede da Assembleia Municipal, onde estas Assembleias acontecem com alguma frequência, para também levarem os vossos problemas e nos darem o calor para nos sentirmos mais motivados.

Um bem haja a todos, para vocês que aqui estiveram, que nos fazem com satisfação participar nesta reunião de trabalhos.

O Sr. Dr. Candal fez uma referência à rotunda, e eu faço aqui assim, - é uma pequena critica; eu não me perdi, vim ter aqui direitinho, conheço isto muito bem, tenho aqui amigos, pessoas empreendedoras, que muito admiro. Mas Sr. Dr. há uma coisa que eu reparei: - há realmente ali duas rotundas, muito juntas e uma delas me parece que não está nada bem localizada e penso que é enganador. Quanto ao resto, a sinalização, se alguma não está é porque me parece que foram roubadas; parece que andam a roubar essas faixas de alumínio, o que é uma pena, e deixo aqui também já o meu repúdio por isso acontecer.

É frequente hoje, nós ao passarmos numa estrada, vemos a sinalética sem estar completa porque roubaram mais uma régua, roubaram porque se trata de alumínio. E é pena! Mas elas estavam lá efectivamente. A rotunda é que eu penso que tem que ser reparada.

A todos o meu bem haja, o meu muito obrigado e felicidades ao povo de Santa Joana.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Gostaria de começar por agradecer a hospitalidade dos munícipes de santa Joana, pelo facto de nos estarem a acolher aqui, na sua freguesia. Não é a primeira vez que o fazem, por isso tínhamos a certeza que essa hospitalidade da primeira vez, se iria repetir também nesta segunda vez. E que o interesse também demonstrado por esta Assembleia Municipal também já se tinha demonstrado, quando cá estivemos a primeira vez, também se iria voltar a repetir. Compreendo que quando as Assembleias não se passam na vossa freguesia haja o sentido de responsabilizar, - se assim posso dizer, o vosso presidente de junta e de confiar no vosso presidente de junta que é o legítimo representante de cada freguesia nesta Assembleia Municipal. É assim que acontece, é assim que tem acontecido; felizmente, democracia também é isto. Escusamos e é escusado de estarmos sempre todos, em todas as reuniões, em todas as decisões, porque havendo confiança uns nos outros, cada um a trabalhar naquilo que são as suas competências, aquilo que são as suas atribuições, é assim que nós fazemos com que o nosso município vá progredindo. E Santa Joana também é um bom exemplo a esse nível, pela confiança que têm demonstrado nestes anos no seu presidente de junta.

Mas Santa Joana tem uma identidade própria. Está na juventude dos seus 20 anos e por isso ainda irreverente, mas uma freguesia que sabe o que quer. E eu só lembrava o associativismo que se vive nesta freguesia; felizmente que não é a única em Aveiro a ter um forte associativismo, mas gostaria de realçar o forte associativismo que se vive aqui em Santa Joana.

É claro que quem não conhece Santa Joana por dentro se perde, porque Santa Joana não é só o parque de feiras. Santa Joana tem muitas outras estruturas que nós também vamos e fomo-nos habituando a conhecer. O Centro Social de Santa Joana é uma referência: - ainda há pouco tempo, foi com agrado, quando fazendo zapping na televisão, fiquei a ver que Santa Joana também apareceu num programa, e vejam lá até a originalidade, - como consegui encontrar financiamento para melhorar algumas das suas salas do centro social, através de um programa de televisão, em que vieram cá construíram..., há formas originais em que se mostra que Santa Joana está atenta aos tempos que correm. Lembrava-me também da vitalidade do colégio D. José I.

Por isso, estava eu a dizer que Santa Joana não é local de passagem. Santa Joana é um local onde se vive, e por isso, um local onde se vive, onde se querem educar os filhos, onde se vai trabalhar, onde se estuda e por isso não é um local de passagem. E por isso, quando às vezes se diz que santa Joana tem algumas estradas um tanto ou quanto labirínticas, é próprio de quem vive cá, gosta de cá estar, e se se tem que passar tem que se passar por outros acessos que são laterais e felizmente Santa Joana poderia dizer, - está quase bem servida de bons acessos: quase bem servida! Faça-se a estrada Aveiro/Águeda a passar pelo Centro de congressos, a continuar para Águeda e vamos ter Santa Joana bem, servida também de infra-estruturas para que quem está a morar em santa Joana, se possa sentir de pleno direito, um cidadão de pleno direito de Aveiro, sem ter que viver no centro da cidade, mas tendo as regalias do centro da cidade, mais, tendo a qualidade de vida, de quem não estando no centro da cidade, tem de certeza muito mais qualidade de vida, do que aqueles que têm que estar e viver no centro.

Por isso tudo, gostaria, - em nome da bancada do PSD, de agradecer mais uma vez esta hospitalidade, mas também esta lição de vida que é manifestada pelo povo de Santa Joana.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usaram da palavra os seguintes munícipes:

Senhora Maria Arminda Monteiro

*“Venho a esta Assembleia, colocar um assunto ao Senhor Presidente da Câmara, através da Mesa, que tem a ver com um pinhal que está a sete metros da frente da minha porta, - em Azenha de Baixo, na Rua Gil Vicente n.º 7. Este assunto já o expus também ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana e já falei com o dono do terreno por três vezes, já contactei a protecção civil, a polícia municipal, a guarda-florestal, mas ainda nada foi feito. Aquilo representa um perigo para as casas!
Gostaria portanto, de saber o que posso fazer, onde me devo dirigir para ver este meu problema resolvido?”*

Senhor António Moreira

A

“Sou um cidadão aveirense, sou praticante de remo e falo em nome da Associação Nacional de Atletas de Remo

Venho aqui falar da zona da lota, mais precisamente do caminho de acesso ao posto náutico, que ao longo dos últimos anos tem agravado o seu estado de degradação. Os terrenos em volta desse caminho, encontram-se ocupados por entulhos e as condições da estrada foi agravada pelas obras ocorridas no canal de S. Roque onde foram feitos os despejos lá; a estrada está intransitável, não tem luz e os atletas começaram-se a sentir preocupados com a segurança, porque é de noite, chove, os atletas mais jovens tem que se deslocar a pé, o meio que nós tínhamos utilizado para minimizar os impactos, era os carros poderem se deslocar até à zona vedada do posto náutico, o qual de momento é impossível, porque a estrada está perfeitamente intransitável, obriga todas as pessoas a deixarem o carro na zona da lota. Infelizmente, e como nós sabemos, e embora consigamos ver algum patrulhamento da Policia de Segurança Publica, todos nós temos a noção que aquilo é uma zona, embora esteja apenas a dois minutos do centro de Aveiro está perfeitamente isolada. É usada para práticas menos lícitas; - nós sabemos que a prostituição se desenrola naquele lado; temos tido algumas queixas por parte das nossas atletas que têm sido assediadas naquele percurso; de facto a situação está a tornar-se um pouco insuportável, e foi-nos feito um pedido par nós solicitarmos apenas e só, a manutenção daquele caminho, o seu nivelamento, para que os seus atletas consigam com calma, deixar os seus carros à porta do posto náutico, ou seja, poderem chegar com alguma segurança.

Estamos a falar de oitenta atletas que têm conseguido para a cidade de Aveiro, e isto é importante referir, nos últimos seis anos, vinte e sete títulos de campeão nacional, dez títulos de vice-campeão, e tem tido dez atletas a participarem em campeonatos do mundo, taças do mundo em equipas nacionais de remo.

Nós gostaríamos também como Associação nacional de Atletas de Remo, de entregar um documento escrito na Mesa e estarmos disponíveis para juntos consigamos resolver este problema.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“A freguesia de Santa Joana é conhecida e reconhecida, pelo seu inquestionável dinamismo, pela sua fortíssima envolvência social, também pela sua participação cívica e comunitária. Por isso, é com muito gosto que nos congratulamos com a decisão da Senhora Presidente e da Mesa, para que a Assembleia decorresse na freguesia de Santa Joana. O verdadeiro regime democrático constrói-se assim, nesta proximidade entre eleitos e eleitores, de forma a que nós possamos ouvir, possamos aprender, possamos enriquecer as nossas decisões e tudo o que vá neste caminho, que merece a nossa concordância.

Esta Assembleia é o exemplo saudável daquilo que pensamos que deve ser feito e daquilo que deve continuar a ser feito.

Quanto às duas questões levantadas pelos cidadãos – a Sr.a Maria Armanda, não conhecíamos a situação (pelo menos eu não a conhecia); vamos dialogar com a Junta de Freguesia naturalmente, e vamos procurar ver se conseguimos identificar, num primeiro momento, o problema, e ver se conseguimos intervir.

Quanto ao Sr. António Moreira que nos trouxe aqui esta questão ligada ao remo, - eu penso que já tive o prazer há pouco tempo de assistir a um treino destes campeões, que trouxeram para Aveiro vinte e sete títulos de campeões nacionais de remo.

Nós já estivemos lá, já identificámos o problema, - este já o conhecemos, já o vivenciámos lá no percurso; - O Eng. Carlos Santos já tem essa anotação, a ver se conseguimos intervir lá, melhorar aquilo, porque aquilo está de facto muito degradado, e o piso carece de uma intervenção.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

“Este Executivo Municipal não gosta de remo. Fala-se de remo e é como se não se falasse de nada de importante, e o remo em Aveiro, - Aveiro (Aveiro) e Cacia, é realmente decisivo. Dai que interpele, peço e rogo ao Senhor Presidente da Câmara, que antes de dois mil e doze, faça qualquer coisinha, quanto mais não seja a favor do acesso ao Pavilhão do Galitos.

Vogal Raúl Martins (PS)

“Gostava de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que diz que vai intervir, melhorando a situação de acesso ao pavilhão provisório do Galitos, uma vez que nunca foram feitos esforços neste sentido.

Se vai intervir, vai intervir penso eu, nalgum terreno de propriedade privada, a menos que já o tenha adquirido. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente se de facto já adquiriu os terrenos onde vai fazer esta intervenção?”

Vogal João Barbosa (PS)

“Eu ao ouvir um remador do Galitos vir aqui reclamar e muito bem, por uma estrada que está degradada e em muito mau aspecto; e já agora aproveito para um aparte, para dizer que afinal na Vera Cruz também há más estradas.

Gostava de chamar à atenção e dizer que aquela estrada foi pavimentada pela última vez, há precisamente dez anos; a partir daí nunca mais houve nenhuma intervenção da câmara para que as pessoas pudessem transitar naquela localidade. De qualquer maneira eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara, quando diz que vai tentar ou vai fazer o possível por melhorar aquela estrada, eu chamava à atenção de que aquela estrada não pode ser melhorada. Tem de ser pavimentada na totalidade.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

“O Sr. António Moreira foi campeão nacional de remo na semana passada e portanto representa a Associação Nacional de Atletas de Remo. Segundo para voz dizer que folgo e que gosto e que aprecio, tanto interesse por esta estrada. Para além do interesse manifestado por todos aqui, continua na mesma há dez anos; a degradar-se e cada vez pior.

Isto é um problema recorrente! Eu confio a partir de hoje, que este problema seja resolvido, e não vou fazer mais nenhum comentário.”

Vogal Carlos Candal (PS)

“Estamos aqui neste espaço, muito bem. Só que esta Assembleia Municipal tem regras: regras escritas e regras de prática. E esta reunião aqui hoje, - com que todos nos congratulámos e congratulamos, não obedeceu, - embora não muito relevantemente ao artigo 8.º, n.º 2 do regimento, que nem sequer é citado na convocatória. É que a Assembleia para reunir fora da sede, tem que ter razões relevantes; - estou só a ater-me ao formalismo, porque são sabidas e são conhecidas, e apoiadas as razões relevantes, para que a Assembleia trabalhe descentralizadamente.

Portanto, dou de barato que implicitamente esteja cumprido o n.º 2 do artigo 8.º do regimento.

O que acontece é que a Senhora Presidente tem uma perspectiva autocrática da condução da vida do município de Aveiro. Não é a primeira, em termos de agentes autárquicos; mas sempre que isso aparece importa dizer: “- pare aí, e tenha cautela”, por uma razão muito simples; - e não estou a falar invocando o estatuto de oposição, não é isso: - eu invoco o estatuto de todos os membros da Assembleia, e já agora se me permitem esta representação sem mandato, também dos membros da comunicação social, que foram convocados para aqui para as seis horas, na perspectiva de começar às seis e meia, como já é da praxe, mas como é que é? - Sessão contínua até à meia-noite, que é a hora terminal, regimental?; - Intervalo para jantar, sim ou não? E a que horas?; - Sessão só até jantar? E até que horas?

Vossa excelência é política profissional, - isto não é nenhuma injúria, eu sou a favor das carreiras políticas, - é política profissional, mas tem que reconhecer que a maioria dos membros da Assembleia não está profissionalizado e portanto tem a sua vida; já não falo na vida familiar, mas tem a sua vida profissional, tem a sua vida organizada e tem que saber de antemão, minimamente com o que conta! E eu só fiquei a saber há pouco, e ontem há tarde pelo Senhor Presidente da Junta de Santa Joana, que a reunião iria só até à hora de jantar, provavelmente! - Mas não era ele que decidia e nada estava decidido.

Houve uma reunião de “petit comité” há pouco, vossa excelência acha bem, e eu também acho bem, essas reuniões mais restritas, e parece que vamos reunir só até há hora de jantar, que não se sabe bem qual seja.

Vossa Excelência, Senhora Presidente, desculpe a terminologia, porque parece assim uma repressão de dar “tau tau”, mas não volte a fazer isto!

Não sei como é em Estarreja, mas aqui em Aveiro nós não gostamos disso. Desde que se inventaram os telefones e desde que Deus criou o Senhor Cartaxo, é tudo fácil de resolver, porque o Senhor Cartaxo pega no telefone e diz, pergunta: - qual é o seu palpíte? - o que é que acha bem? (aos líderes das bancada, ou a quem quiser).

Porque se tivesse pensado nisso, e ponderado isso, tinha sabido que da outra vez que reunimos em Santa Joana, reunimos à tarde, intervalo para jantar (já não me lembro qual era a ementa mas era boa), e depois de jantar, só que a reunião depois de jantar não tinha municípios de Santa Joana. Até ao jantar estavam muitas pessoas, - como hoje; depois de jantar, não tinha. E então, quem esteve presente nessa reunião, e podia ter sido consultado se V/ Exa., tivesse esse cuidado democrático, nessa altura criou-se a ideia que tendencialmente as reuniões nas freguesias devem ser só até à hora de jantar. É evidente que para os economicistas, reunir fora de portas uma reunião, que tem o seu preço, só para “x” horas de debate? - Bem, se a reunião for bem aproveitada, trabalha-se tanto antes de jantar como numa reunião normal, depois de jantar.”

Presidente da Mesa

“Não deixarei - com todo o humor que a sua intervenção me suscita - de dizer que o artigo 8.º n.º 1 não foi violado porque a Presidente da Mesa cumpriu o n.º 2 do artigo 8.º que diz o

seguinte: “a convocação da sessão nos termos do número anterior, depende de decisão do presidente da Assembleia, ouvidos os restantes membros da Mesa”.

Respondi com certeza às dúvidas de V. Exa. apesar de muito experiente nestas lides e dizer-lhe que, como é evidente, estarei disponível para interromper os trabalhos quando houver uma interpelação nesse sentido. Mas também quero em nome da Mesa dizer o seguinte: o “petit comité” é muito colaborante, é muito eficiente e sobretudo muito leal. E ficou decidido que haveria uma interrupção para o jantar. Interromperia os trabalhos desta sessão que continuaria na sede da Assembleia Municipal no dia 3 de Março e não continuará aqui em Santa Joana, porque o Senhor Presidente da Câmara que nós queremos (com toda a certeza todos nós) que esteja presente na continuação desta sessão, e não pode estar presente amanhã por ter uma agenda preenchida com compromissos anteriormente assumidos e que o impossibilitam de estar presente.

O “petit comité” sem reservas aceitou esta metodologia de trabalho e com toda a legitimidade, porque é composto pelos líderes dos grupos municipais. Eu entendi que estariam dadas as explicações devidas, se não é assim lamento, mas continuarei a fazer as reuniões de “petit comité”. E mais, provavelmente o regimento, se assim entenderem os elementos do grupo de trabalho e depois em plenário os senhores deputados municipais, contemplará a institucionalização do “petit comité” na designação institucional de conferência de líderes dos grupos municipais.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

“Eu gostava de fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Dr. Candal, porque realmente eu não tinha visto qualquer violação do regimento, e as razões ponderosas que secundarizou o nosso querido amigo Dr. Raúl Martins, e as razões relevantes invocadas pelo Sr. Dr. Candal, eu penso que elas existem.

O Partido Socialista realmente está habituado a fazer promessas eleitorais e depois a não as cumprir, fazendo o contrário. Não é uma razão relevante, fazendo uma promessa e o seu cumprimento?”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería começar por felicitar o meu colega Vítor Martins, por nos ter proporcionado nesta freguesia esta Sessão da Assembleia Municipal.

Não venho com sacrifício, venho com gosto, acima de tudo quanto mais não seja para cumprimentar a população de Santa Joana e dar um abraço ao meu amigo Vítor Martins, porque sei o que custa fazer uma sessão destas numa freguesia, e os sacrifícios que tem para poder proporcionar a todos esta noite, que eu digo gloriosa para Santa Joana.

Tenho aqui umas notas breves e começo por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara:

- Recebemos um abaixo-assinado dos moradores das Barrocas, mais precisamente da Av. Da Nossa Senhora da Alegria, de um prédio que está há muitos anos por construir. Quero dizer que também subscrevemos esta posição dos moradores e aquilo que eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara, era se nos dizia, - sabemos que este prédio foi tomado administrativamente pela câmara anterior, e queríamos saber o que se passa com a demora

do início das obras? Era interessante que o Sr. Presidente nos pudesse dizer alguma coisa sobre isso.

De outra maneira, gostava de informar a câmara, muitas vezes temos questionado, temos chamado à atenção da câmara, que não tem responsabilidade nenhuma, mas pode fazer alguma coisa por isto, - pelo vandalismo que existe muitas vezes na destruição do património urbano. E eu venho dar conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara, que os funcionários da câmara têm que ser os primeiros a dar o exemplo, para que o património não seja destruído, e eu chamo à atenção do seguinte: - no Canal Central há duas pontes perto do lago da Fonte Nova, uma ponte chama-se “Glória” e outra ponte chama-se “Vera Cruz”; e o que é que aconteceu? – Agora nos festejos de Natal, os funcionários da câmara foram lá por as luzinhas e o que é que aconteceu, - colocaram as luzes com pregos! São pontes de madeira, madeira rica e que é inconcebível que os funcionários da câmara coloquem a iluminação com pregos.

Outra situação, falou-se aqui em toponímia e é uma verdade que o concelho de Aveiro é muito deficiente em sinalização e eu aproveito para chamar aqui à atenção de duas coisas e gostava que o senhor vereador responsável tomasse atenção ao que eu vou dizer: - é inconcebível que se dêem nomes a ruas e que nunca mais lá seja posta a respectiva placa de sinalização. E eu digo isto porque há oito anos, principalmente na freguesia da Vera Cruz é só dar nomes a ruas e não se põem placas de toponímia e eu pedia ao senhor vereador e ao Sr. Presidente da Câmara que se interessassem por isso e soubessem qual é a razão, porque não põem as placas? - E eu aqui já não há desculpas; e vou dizer o seguinte: - há quinze dias deram o nome de uma rua em Aveiro, ao nosso amigo Braga Alves e muito bem e com satisfação vimos que passados quinze dias era posta a placa. Portanto, se em quinze dias fizeram uma placa, eu gostava de saber porque não há placas nas outras ruas?

Mas para chamar à atenção da deficiência dos serviços, porque isto é deficiência dos serviços, eu quero-vos dizer que há quatro anos, foram pedidas aos serviços da câmara e foi aprovado por dois vereadores da cultura que passaram, nós na Vera Cruz pedimos que nos fossem emprestados quatro trajes típicos da Beira-mar para estarem em exposição na junta, porque temos lá espaço para isso. Os dois vereadores da cultura anteriores aprovaram e pediram para mandarem para lá os trajes. Pois nós pedimos e até hoje ainda não nos foram entregues, e neste sentido eu pedia ao Senhor Vereador da Cultura, que tenha neste momento poder e personalidade para os poder lá colocar.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Queria fazer algumas declarações muito ligeiras, como penso que cabem neste período de antes da ordem do dia. Duas de vários níveis. Uma, para falar no problema mundial, complicado, da história dos protestos dos islâmicos dos países muçulmanos que estão a radicalizar-se e a complicar-se a insistência internacional. E é um problema muito grave, porque os muçulmanos não se entendem eles próprios uns com os outros. Agora no Iraque “Sunitas” e “Xiitas” matam-se como gente grande, tal e qual como na guerra do Iraque quando era “Sunita” dirigida por “Sadam”, matavam-se os do irão, - que são os “Xiitas”; a ambição era matarem-se uns aos outros se calhar e ganharem o céu. É um problema muito grave e pode parecer disparatado mas tem cabimento, pararmos um minuto numa Assembleia Municipal para pensarmos nisto e para pensarmos também numa outra questão derivada: - não vou fazer acusações, mas vou dizer que os países da bacia do mediterrâneo, durante muitos séculos, com a excepção das cruzadas, não tiveram conflitos religiosos. Trata-se de uma influência nefasta até certo ponto, de uma certa mentalidade anglo-saxónica, e é bom de ver o relevo que o petróleo ganhou na vida internacional. Era esta uma nota.

A outra nota tem a ver com o congresso das freguesias que teve agora lugar, e em que tem evidência o nosso companheiro, confrade, Presidente Armando Vieira; ainda não foram divulgadas as conclusões, mas acho relevante ter havido um congresso das freguesias, não é o primeiro, porque a freguesia, ou a paróquia ou a comunidade de vizinhos, é a célula essencial da vida colectiva, cívica, social, política e até económica. É portanto de saudar que tenha havido essa reunião.

Debateram-se aí depois problemas que são mais complicados, que é saber se não há freguesias a mais!? Se não deve haver fusão de algumas freguesias? – Se calhar deve! O problema é: - quais são os critérios? É traiçoeiro estabelecer um critério nacional. Regras nacionais para essa hipótese, mas com estudo e aplicação local; tal e qual como a extinção das escolas (regras gerais, avaliação casuística).

E aproveito para saudar o nosso colega Armando Vieira, que é Presidente dessa Associação de Freguesias.

Outro problema é o da criminalidade por jovens não imputáveis. Isto é: - Jovens criminosos que não têm dezasseis anos. Não é verdade de não possam ser julgados e até condenados a penas de reclusão; podem ser condenados a incorporação num estabelecimento de educação ou de reeducação, vedado, que na prática é uma cadeia. Só que a estrutura desses estabelecimentos é uma coisa brutal; cada um desses estabelecimentos gasta mil e duzentos contos (na moeda antiga), por dia. Tem que ser tudo reestruturado. Agora há uma perspectiva de que esse serviço seja reestruturado, mas o problema não é esse. O problema, - é um pouco tabu, o problema é saber se não tem que ser reduzida a idade da imputabilidade, de dezasseis para catorze anos? E podem dizer: - “lá está aquele tipo..., é bruto”; - as criancinhas coitadinhas, a serem julgadas como criminosos! O problema é que há criminosos, facínoras, cruéis, violentíssimos, com menos de dezasseis anos. Então como é? – É sempre a mesma problemática; não sou a favor do sistema americano, que é distorcido: - quem comete um crime, sendo menor (de determinada idade), não é julgado. Só é julgado quando atinge a maior idade, e leva a pena que cabia ao crime cometido por um adulto, o que é realmente, - para um jurista com alguma sensibilidade, - se calhar, uma violência. Não sei como é. Este problema é muito mais importante do que as escutas telefónicas, muito mais importante do que a prisão preventiva, muito mais importante do que as buscas nos jornais; isto é um problema nacional, muito grave, que tem que ser abordado.

Se calhar, atribuindo ao juízes a possibilidade de caso a caso, a partir dos catorze anos ou da idade que for entendida, poder-se apreciar se aquele réu tem ou não tem mentalidade, maturidade para poder ser julgado e condenado, como adulto e não como criança.

Só quero levantar o problema, para vos pôr a pensar nisto, sem certeza, como eu não tenho, nem sei como é que se resolve, mas temos que pressionar a opinião pública, para pressionar a opinião política, para isto ser abordado. Isto é que é realmente um grave problema social, que existe noutros países também.

Só para terminar e aproveitando só mais um minutinho, a Senhora Presidente falou no seu programa eleitoral, que eu recebi oportunamente, uma carta registada que me foi mandada de Estarreja, além desta descentralização das sessões também fala em reuniões da Assembleia nas escolas. É uma fantasia, desculpe que lhe diga! Não é possível.

Contudo e por outro lado, vejo a abertura da sede da Assembleia Municipal para este efeito, com muito bons olhos. Inclusivamente, poderá a Senhora Presidente promover a organização de visitas ao edifício, onde um deputado, com uma escala que se organize, um deputado que serve de cicerone e que explica aos meninos e às meninas como é que funciona ali a Assembleia e deve também, - e o Senhor Presidente da Câmara nem precisa de dar dinheiro para isso, porque senão começa logo a invocar a pesada herança: - aí nós recebemos uma câmara com muitas dividas..., aquela ladainha que nós conhecemos. A Assembleia tem

Orçamento que permite fazer isso; fazer um filme, um DVD que se projecta. Encarrega-se um profissional de filmar umas cenas da Assembleia, umas intervenções. Temos bons profissionais em Aveiro disso. Faça-se um filme, uma réplica de uma sessão e será um filme elegante e bonito, com V/ Exa a presidir; - e depois pode também haver uma parte histórica onde esteja eu, para equilibrar.”

Vogal Alexandre Caleiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Venho aqui hoje perante esta Assembleia, porque acho que é da mais elementar justiça, apenas para felicitar o Vereador Pedro Silva (que por acaso não está aqui presente), e o Senhor deputado municipal e amigo, o Dr. Pedro Pires da Rosa, pela sua mais recente eleição para a Rota da Luz, com os votos e com a certeza de que realizarão um bom trabalho, a bem da Região e do Município de Aveiro.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou tentar ser rápido, e vou começar exactamente por uma questão que vem de trás porque foi aqui referido uma situação – “O caminho para o Centro Náutico do Clube o Galitos”, e isso penso eu, inserido numa zona de intervenção POLIS. E o que eu gostava de deixar aqui no ar, era uma pergunta (através da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal), ao executivo da câmara, relativamente ao ponto de situação em que está o POLIS e qual vai ser a intervenção futura dentro desta área? - Embora eu pense independentemente disso, a situação do arranjo deste caminho, urge para bem de quem frequenta aquilo, independentemente dos terrenos serem ou não já camarários, até porque uma bem feitoria ligeira que seja, mesmo que haja um proprietário até agradece.

No entanto, também queria paralelamente a isto, não esquecer (e isto em termos de notas soltas) o estado lastimoso que se passa nas vias rodoviárias do nosso concelho, que estão muito danificadas e que não se encontram em intervenção activa até esta altura. São nas freguesias, geralmente as mais longe do centro do concelho, que por força de circunstâncias e de aberturas bem recentes, ainda se notam as mazelas criadas por essas aberturas, mas não só por isso. Por exemplo, temos a estrada de S. Bernardo que é ciclicamente “habitue” nestas situações de esburacamento, mas temos também no centro da cidade, situações inúmeras que urge repetir e eu para não ser muito cansativo, refiro a zona do Rossio, a zona da Rua das Tomásias, a Rua de S. Sebastião, ali com o início da Rua Mário Sacramento, a Av. da Aviação Naval, etc., etc. Um arrazoado de ruas que estão a necessitar de uma intervenção rápida e urgente, sob pena de qualquer dia estar a Câmara a contribuir fortemente para as oficinas de amortecedores de automóveis.

Outra questão que reputo de extremamente importante, foi que na última semana os eleitos da minha área política na freguesia de Esgueira, convidaram-me a uma visita às Agradas do Norte. É uma zona que nós frequentemente temos visitado, é uma zona carente, a dois minutos do centro da cidade também e tivemos algum contacto com a população, e de facto há situações que eu gostava de facto de levantar aqui, que são de extrema importância.

A primeira questão tem a ver com os habitantes, - os poucos que ainda existem, salvo erro, três, na zona das Covas, que foi a zona intervencionada no último executivo, que teve já a deslocação de residentes para bairros sociais, mas que pelos vistos tem a resistência dos actuais residentes, em virtude de não ter sido encontrada uma alternativa de residência, e porque eles, - no seu direito, e na sua justiça, não quererão ser deslocados do seu habitat natural para um habitat estranho. E portanto, questionaria: - como é que está situação e o que é que se pensa de facto para resolver esta questão?

Por outro lado, as Agrad do Norte é uma zona que está em PU, já foi a discussão pública que ainda não está aprovado. Portanto, daquilo que foi a discussão, com certeza poucas alterações, ou quase nenhuma alterações poderá ter. Estão previstas salvo erro, zonas verdes para junto da zona do caminho-de-ferro, e zonas verdes para a zona do IP5, uma zona de moradias e uma zona de baixa densidade. Portanto, com certeza não irá com prédio para mais de três andares, mas faço lembrar que a população que vive há décadas nas Agrad do Norte e nos tempos modernos onde o concelho de Aveiro, é um concelho com uma baixa taxa de falta de saneamento, as Agrad do Norte que estão a dois minutos do centro de Aveiro, não têm saneamento ainda. Os habitantes das Agrad neste momento ainda não têm saneamento. E independentemente de ainda não estar aprovado o PU para as Agrad do Norte, nada impede o projecto do saneamento para as Agrad do Norte, penso eu!

Por ultimo queria informar a Assembleia Municipal, que no cumprimento da eleição do cargo para que fui eleito de representante dos utentes na Comissão Concelhia de Saúde, estive presente numa primeira reunião, que foi convocada no dia 6 de Janeiro no Centro de Saúde de Aveiro, que foi uma reunião informativa, mais informativa até do que, digamos, uma primeira reunião onde nos conhecemos, e foi informativa, sobre como está a trabalhar o Centro de Saúde e as Unidades de Saúde à sua volta, com toda a distribuição de utentes, também pelas diversas zonas. Reunião esta que se debruçou mais acentuadamente sobre um assunto que foi levantado na ultima Assembleia Municipal aqui por mim, quando questionei a situação existente no Centro de Saúde de Esgueira, sobre a falta de agua e dificuldades na ligação de computadores, que foi e muito bem, aproveitada pelos jornalistas, no sentido de tentar saber junto da Junta de Freguesia de Esgueira, que é o edificio onde está situado o centro de saúde, o que é que se passava? É uma situação que foi tratada nesta Comissão Concelhia de Saúde e que mereceu a atenção, - penso eu, do senhor vereador que estava presente e do director do centro de saúde (sei que depois se deslocaram lá porque li a noticia no jornal), no entanto queria deixar aqui a pergunta: - o que é que se fez neste momento? Sei que os computadores já estão a funcionar, no entanto a falta de água, que impediu na altura a colocação de um estomatologista nesse centro de saúde, continua pelos vistos a existir. Continuo a fazer a pergunta: - do que é que está previsto para a solução deste problema?

Por outro lado, e nesta perspectiva e para acabar, nesta perspectiva de desenvolvimento de um trabalho em termos de saúde, que pelo menos questione, e que esteja efectivamente ao serviço dos utentes, que é nessa perspectiva que eu me revejo, nessa Comissão Concelhia de Saúde. Eu faço um desafio a todos os meus pares, mas já agora faço um desafio ao publico que aqui está presente, que se quiserem, que tragam junto de mim problemas que tenham que eu não me importo nada de os colocar, para que no fundo sejam discutidos e que se possa ter um conhecimento mais efectivo das dificuldades que se vivem em termos de saúde no concelho de Aveiro.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de neste período de antes da ordem do dia, de falar sobre pessoas. É que a vida comunitária é constituída pelas pessoas e são por isso as pessoas e os valores que defendem que fazem o nosso progresso; e gostaria de invocar algumas personalidades que se têm distinguido em favor da comunidade enquanto município, região e mesmo país.

Gostaria de lembrar e de me congratular pela eleição do Prof. Cavaco Silva enquanto Presidente da República, tendo a certeza que com a sua magistratura, Portugal poderá voltar novamente à senda do progresso.

Gostaria também de lembrar e de me congratular, pela eleição do Dr. Pedro Silva (penso que ainda nosso vereador), como Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz; e também no

nosso colega de Assembleia Pedro Pires da Rosa que também vai exercer funções nesta Região de Turismo.

Mas gostaria também de lembrar o presidente anterior, e agradecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Encarnação Dias e também pela Dr.ª Amélia Brito, lembrando que quer o Sr. Encarnação Dias, que pertenceu a esta Assembleia, foi presidente desta Assembleia Municipal e também a Dr.ª Amélia Brito foi vereadora da Câmara Municipal de Aveiro. Por isso, duas pessoas que deram o seu trabalho à comunidade de Aveiro e também à Região e por isso lembra-los nesta hora de despedida das suas funções, na região de Turismo da Rota da Luz.

Gostaria também, um ano após o seu falecimento, de lembrar o nosso ex-colega de Assembleia o Sr. Braga Alves, que faleceu enquanto exercia as suas funções de Presidente de Junta de Freguesia da Glória, e gostaria de felicitar a iniciativa de atribuição de um nome de Rua a este ilustre aveirense autarca e também para muitos de nós, nosso amigo, e pai dos nossos amigos.

Por ultimo, gostava também de felicitar o Senhor Armando Vieira, membro desta Assembleia, Presidente da Junta de Oliveirinha e recentemente eleito presidente da Associação Nacional de Freguesias. E a este propósito gostaria que esta Assembleia pudesse apreciar e votar, um voto de congratulação, que passarei a ler e que depois entregarei à Mesa, e que diz o seguinte:

«VOTO DE CONGRATULAÇÃO - a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida na sede da Junta de Freguesia de Santa Joana, em 24 de Fevereiro de 2006, congratula-se pela reeleição do Senhor Armando Vieira, como Presidente da Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE, para o quadriénio 2006/2009.

Este reeleição, é o reconhecimento claro da forma competente, séria e qualificada, como este membro da Assembleia Municipal de Aveiro, e Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, exerceu o seu mandato anterior e defendeu os interesses das freguesias a todos os níveis, enquanto emanção genuína do poder autárquico.»

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar gostava de agradecer as palavras amáveis que me foram dirigidas, também para lembrar que nesta lista que foi eleita está outro aveirense, o engenheiro Vítor Silva.

Também para fazer uma saudação ao executivo, e também ao anterior pela homenagem que foi feita justamente ao ex-presidente da Junta da Glória Braga Alves; estive presente na cerimónia, as palavras do Presidente foram bonitas, e gosto muito sinceramente da rua que lhe foi atribuída e gostei sinceramente da homenagem.

Mas concretamente, para referir, - se calhar é um tema um bocadinho lato, mas que me preocupa de alguma maneira: - o problema da gripe das aves, que pode parecer à partida que não terá muito a ver connosco (ou ainda não terá muito a ver connosco), o que é certo é que ouvi que o governo já está a preparar uns gabinetes específicos, uns locais específicos, está preparado creio eu, para criar cento e tal pontos específicos de ataque ou de preparação. Como Aveiro é uma zona sensível, gostaria pelo menos de lembrar a Câmara que será importante fazer recordar ao Governo a sensibilidade específica da região de Aveiro, em especial do município de Aveiro, para que possamos estar salvaguardados; - todos os munícipes e todos os portugueses em relação a essa pandemia que se advinha daqui a seis anos.

E em terceiro lugar e porque não poderia deixar de o fazer, para de alguma forma registar o meu espanto, porque estava convencido devo dizer, não sei se mal se bem, estive a ler a

convocatória agora segunda vez, porque vim com a convicção plena de que estaria aqui antes do jantar, eventualmente durante o jantar na freguesia de Santa Joana a convite do Ex.mo Presidente da Junta, e depois prolongaríamos a reunião o que me pareceria a mim, saudável.

Parece-me a mim muito curto e um dispêndio de dinheiro, - na minha perspectiva, devo dizer, que não prolongássemos a sessão. Percebi as palavras da Senhora Presidente justificando que o Presidente da Câmara amanhã terá uns compromissos, mas não percebi se teria hoje, propriamente dito!? De qualquer forma, aceitando que possa haver uma justificação válida para isto, não deixo de registar que me parece a mim que deveríamos para uma outra ocasião, programar as coisas, para que a reunião se se iniciar efectivamente às seis da tarde, possamos aproveitar o enlace e o balanço para poupar dinheiro aos cofres do município, e assim fazer a reunião até ao fim; até às tradicionais vinte e quatro horas ou se o ponto assim o permitir e a Assembleia assim o deliberar, pela noite até terminarmos esse ponto.”

Presidente da Mesa

“Permitam-me um esclarecimento: - o início dos nossos trabalhos foi marcado às seis horas da tarde, exactamente para possibilitar o cumprimento de três horas no mínimo de trabalho desta sessão, o que é exactamente o que aconteceria se a sessão tivesse começado às vinte e uma horas e terminasse às vinte e quatro horas.

Por isso, não estamos a prejudicar o erário municipal, e estamos a possibilitar aquilo que a todos nós honra, que é permitir aos munícipes participarem de uma forma mais directa e mais facilitada nos nossos trabalhos.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A minha intervenção versará sobre a problemática do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro, que em 2003 foi destacado pelo Governo do Dr. Durão Barroso e integrado no recém criado tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, inaugurado com poupa e circunstância em 2004.

Porquê falar agora do Tribunal Tributário nesta Assembleia?

Porque com a recente deslocação a Aveiro do Senhor Secretário de Estado da Justiça, se abriu a possibilidade da instalação de um Juízo Tributário na nossa cidade, e ainda porque todos se apresentam agora grandes defensores do prometido regresso do Tribunal Tributário e antes dizem, - pela sua manutenção.

Neste lugar e agora, porque esta Assembleia composta pelas várias tendências políticas representativas dos munícipes deste concelho e porque tendo sido eleitos democraticamente, cabe-nos a nós alicerçados no voto, a obrigação de lutar e prosseguir os objectivos que melhor defendam os interesses dos munícipes e do concelho. E será que no passado assim se fez? – Creio bem que não! E todavia, quando em 2003 se teve a certeza que o Tribunal Tributário de Aveiro ia ser extinto, houve quem tivesse desenvolvido diligencias no sentido de congregar todos, - e neste “todos” incluo os cidadãos, as câmaras, as juntas de freguesia, as associações comerciais e industriais, os representantes das ordens profissionais, os partidos com acento na Assembleia da Republica, com o resultado que se assinalou.

Mas porque por natureza e formação profissional, defendo a justiça, não posso deixar de assinalar que a câmara de então, através do seu presidente Alberto Souto, desde o primeiro minuto esteve nesta luta pela manutenção do tribunal. Não posso dizer o mesmo dos partidos políticos.

De facto, tendo sido convocados para uma conferencia do então bastonário José Miguel Júdice, por convite da Delegação da Ordem dos Advogados de Aveiro, enviado a todos os

partidos com deputados no distrito, não compareceram. (E não estou a falar dos deputados municipais, estou a falar dos deputados distritais, deputados da nação).

Bem sei que é mais agradável aparecer em inaugurações, do que em conferências cujo objectivo é dizer ao governo que determinada decisão está errada. Pergunto eu: - então os senhores deputados do Distrito de Aveiro, deputados da Assembleia da República, não devem essa obrigação a quem os elegeu? Foram feitos vários estudos, foram apresentados números, mas todos estavam surdos àquela pretensão.

Para minha grande surpresa, e demonstrando completo desconhecimento do que falava, quando naquela época se falava na extinção do Tribunal Tributário, um senhor deputado pelo distrito de Aveiro, veio importante informar que a cidade sairia beneficiada com a instalação de um Tribunal de Comércio, que aliás até a data continua a ser um tribunal virtual.

Meus Senhores.

A saída de um serviço, com evidentes prejuízos para os cidadãos do distrito de Aveiro, nunca poderá ser compensada com a instalação de outros serviços de espécie diferente. De qualquer modo, a única certeza é que até à presente data, não há Tribunal Fiscal, não há Tribunal de Comércio, e há apenas a esperança da instalação de um Juízo Tributário, cujo tribunal em que se integra, se mantém em Viseu.

Há ainda uma certeza, é que os processos foram todos daqui para Viseu, pela IP 5 acima, empilhados em caixotes, provavelmente na esperança de que houvesse algum acidente e desaparecessem alguns deles, e encontram-se à mesma encaixotados.

Neste momento, tivemos conhecimento que o próprio juiz resolveu suspende-los para que não se verificasse nem a caducidade, nem a prescrição. Portanto, a resolução do Tribunal de Viseu foi esta.

Não há nada que justifique, que aquela saída do tribunal tributário de Aveiro e não venham agora dizer que o projecto era do Partido Socialista.

Houve nos governos socialista estudos de facto, sobre a reestruturação dos tribunais fiscais, mas Aveiro estava neles contemplado, com o tribunal tributário, à semelhança de Santarém que acabou por perdê-lo em Benefício de Leiria.

Num caso e no outro só razões, - não de política, mas de politiquice justificam este nome mapa judiciário.

Quanto a nós: - não somos todos aveirenses? Não queremos todos que o nosso distrito esteja na vanguarda? Como aceitar-se que Aveiro, com um maior numero de processos tributários decorrente do elevado nível industrial e de comércio, com um porto de mar como de Aveiro, com problemas alfandegários, com um índice de impostos pagos dos maiores do país, fique subalternizado, relativamente a Viseu? Uma política de deslocalização de serviços como o que foi implementado naquela época, creio que hoje já não se pensa assim, talvez se conseguisse desviar o mar para Viseu e criar lá o tribunal Marítimo.

Neste momento toda a gente se congratula, bate palmas e até diz ter estado na primeira fila, quando foi necessário dizer não há extinção do tribunal Tributário de Aveiro. Infelizmente estavam invisíveis!

Congratulo-me com a possibilidade da prometida criação do Juízo Tributário de Aveiro, mas ter-me-ia congratulado ainda mais, se tivesse verificado, que na altura da extinção do tribunal tributário de Aveiro, se tivesse constituído uma ampla conjugação de esforços, de todos os partidos representados nessa Assembleia e ainda que tendo-se revoltado, com as imposições dos dirigentes, para colocar em primeiro lugar os interesses de Aveiro. Ai seriam verdadeiramente políticos, pois estariam a defender os interesses dos cidadãos, que representam, que esse sim, deverá ser o objectivo primordial de qualquer político.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria só de explicar que a Assembleia Municipal à data aprovou uma moção escrita (a qual já não me lembro a quem foi dirigida), em que o plenário da Assembleia Municipal, tomava atitude contra a extinção ou transferência do Tribunal Tributário de Aveiro. E isso foi feito. Não me lembro da votação, mas penso que terá sido por unanimidade; penso até que a iniciativa foi do Dr. Filipe Brandão.”

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Tenho conhecimento da moção, foi-me entregue na altura, e tenho conhecimento que o CDS/PP na altura não estava presente, não sei porque razões nem me importa; assim como sei que o PSD votou favoravelmente a moção, com algumas restrições por causa dos dividendos políticos e coisas do género.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A minha intervenção tem três pontos, sobre os quais eu gostaria de me debruçar. E porque nem tudo é mau eu começaria por, - mais uma vez, e na senda do elogio que é devido prestar a este executivo; a primeira questão prende-se e abrindo um pouco o nosso apetite para o jantar, tem a ver com os “Ovos Moles”. Pois bem, os ovos moles que constituem desde há muito uma “iguarria chique”; já dizia Eça para quem se recorda dos ‘Maias’. Neste sentido o executivo esteve bem, e finalmente deu-se uma protecção nacional; temos pelo menos a salvaguarda de que a partir de hoje, esta doce iguarria tem de facto garantida a sua protecção, do ponto de vista da propriedade industrial. Muito bem! Aveiro hoje, - e quando digo Aveiro, digo a Ria de Aveiro, e todos os concelhos que são banhados pela Ria de Aveiro, têm de facto a salvaguarda da protecção, deste produto, deste género alimentício. É um facto nacional. Constitui pela primeira vez, uma protecção dada a este tipo de género alimentício. O que está aqui em causa, não é só a iguarria em si, mas é também aspectos que se prendem com a segurança alimentar, com a qualidade da matéria prima que é empregue precisamente neste doce, e para além disso o saber fazer, bem como o modo de apresentação deste património gastronómico que data do século dezanove. Neste sentido, aqui dirijo uma palavra de especial apreço por esta medida, e por esta atitude, porque de facto, traduz esta vontade de preservação e de perpetuação do nosso património gastronómico. Gostaria de subscrever à Senhora Deputada Dr.ª Ana Maria Seíça Neves, a preocupação e de certa maneira a necessidade de nós estarmos atentos aos problemas da justiça. Eu tenho para mim que isto é um tema que me é caro, porquanto no exercício da minha profissão contacto e lido com a realidade judiciária, e portanto, nesse sentido esteve bem a Sr.ª Deputada em trazer a lume este tema. Gostaria de dizer também que mais uma vez o executivo esteve muito bem, ao ter solicitado formalmente a criação de um Tribunal Administrativo e Fiscal. É certo que a deslocação deste tribunal para Viseu empobreceu o nosso concelho, porque nós temos um dos distritos mais industrializados, com o comércio mais vivo a nível nacional e merecemos a desconsideração de facto do afastamento de uma instância judiciária como era o tribunal Administrativo Fiscal. Enfim, ditamos da política é certo, mas a verdade é que este executivo teve atenção a esse particular aspecto e muito bem solicitou, - e aqui queria dirigir uma palavra de especial apreço por isso mesmo. Nesse sentido, esperemos que no futuro Aveiro seja granjeado de facto com mais uma instância judiciária, mais um Tribunal Administrativo e Fiscal.

Por ultimo, gostaria ainda de abordar outra questão, que se prende com uma realidade que tem sido vivida nos últimos anos. (O Senhor Presidente da Junta da Vera Cruz, Sr. João Barbosa, não está cá), mas eu gostaria de recapitular uma preocupação que tem sido vivida, relativamente à segurança. A segurança aqui, e eu referi o Senhor Deputado Barbosa, porque queria aqui referir uma zona que é um ícone de Aveiro: falo precisamente da Beira-mar e da Praça do Peixe. Muito se fala da diversão nocturna e da animação que ali se vive, e eu tenho o privilégio de a viver, mas a verdade é que tenho de me preocupar e de facto tenho de chamar isso aqui à atenção porque existem munícipes que ali vivem e que não estão em contacto directo com essa animação nocturna, nem têm que o ter. Estão nesse direito! E não têm que estar subordinados a actos de vandalismo e de destruição gratuita, sobre o pertença manto da diversão ou da animação.

Meus caros pares, senhores munícipes, nós não podemos confundir liberdade com libertinagem, e portanto, esta é uma preocupação séria que é vivida há muito tempo e para isso, eu aqui rogava ao executivo, - e o Senhor Presidente da Junta se aqui estivesse também concordaria comigo, no sentido de apelar, de solicitar formalmente medidas junto das autoridades policiais, a fim de pôr cobro a actos gratuitos de destruição e de dependência que têm sido constantes naquela zona. É uma vergonha que Aveiro tenha que viver com esta realidade contínua, porquanto é uma situação que se tem perpetuado, e portanto, deverá ser necessariamente corrigida. E nesse sentido, porque Aveiro não é só a Praça do Peixe, não é só a Beira-mar, eu dirijo esta solicitação também às restantes freguesias periféricas e não só, porque também merecem essa consideração. E nesse sentido deixo o meu apelo.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começaria a minha intervenção por pôr em ordem uma dúvida que foi levantada pelo Senhor Deputado Municipal na última Assembleia, sobre a posição do executivo da Junta de Freguesia de Cacia relativamente à Pista de Remo. Pensávamos nós que todos os aveirenses estavam convencidos de que a Pista de Remo em Cacia é um imperativo do concelho, e também um imperativo regional; e fiquei a saber que ainda há aveirenses que têm dúvidas, lá saberão porquê. Gostaria de esclarecer definitivamente a posição da Junta de Freguesia de Cacia e da população de Cacia em relação à Pista de Remo. A pista de Remo não é só a parte desportiva, a pista de remo é fundamental pelas valências desportivas, ambientais, paisagísticas, económicas, de Cacia, de Aveiro e da sua Região.

Se este projecto não for para a frente rapidamente, uma parte substancial de Cacia e consequentemente do concelho de Aveiro se perde. E se perde por algum motivo e eu adiante explicarei porquê.

Ouvi há pouco dizer que a pista de remo só eventualmente teria a sua obra em 2012. Eu faço lembrar e já pude comprovar o interesse que esta câmara e em especial o senhor presidente, manifestou no desenvolvimento deste projecto, e faço lembrar também, que face ao interesse e à disponibilidade desta câmara e partindo do princípio que cinquenta por cento do investimento está garantido através do protocolo executado entre a câmara municipal e o estado, não faz sentido nenhum que ainda este ano a obra da pista de remo não avance, porque é de primordial importância que esta obra avance, porque por virtude de uma acção irresponsável do governo, que ao extinguir a JAPA e constituir a APA, se esqueceu de que os nossos antepassados que constituíram a JAPA e a entidade anterior, se lembraram que a abertura da barra condicionava toda a laguna. E o que aconteceu foi que, ao só se lembrarem e só darem atenção ao que dava dinheiro, que era o Porto, deixando de lado toda a laguna, destruíram uma das melhores zonas do concelho de Aveiro, uma das melhores zonas de Cacia. Eu posso dizer que um dos maiores crimes ambientais que existe em Aveiro,

que existe em Cacia, é consequência do não acompanhamento dos estragos das amplitudes de maré, por virtude do desassoreamento ou dos canais da Ria provocaram na zona de Vilarinho concretamente, 180 hectares de bons terrenos agrícolas e de boa qualidade paisagística e ambiental, estão completamente destruídos por culpa disso.

E se falei na questão ambiental e na questão da destruição do ambiente em Cacia, - e queria aqui também Senhor Presidente da Câmara, lembrar-lhe outra questão importante em Cacia, que é o aterro municipal de Cacia. É fundamental que a Câmara Municipal de Aveiro não deixe passar os tempos previstos para o aterro no concelho de Aveiro. Não podemos aceitar que o aterro seja aumentado, não só na sua área, como no tempo e até como no volume; e deixo aqui um alerta: - é fundamental que a Câmara de Aveiro, tome atenção que quando o aterro for fechado, quem é que fica responsável pelas consequências a nível do lençol freático e até propriamente a nível da manutenção do espaço, para que não aconteça o que está a acontecer hoje, a degradação total das linhas de água na zona da Quintã do Loureiro. Teria outras situações para falar, exemplificando a degradação da freguesia de Cacia, mas atendendo às limitações de tempo, ficarão para uma próxima Assembleia.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de aproveitar o meu tempo, para clarificar aqui uma questão, que eu penso que é uma questão de honra e vou ficar prejudicado daquilo que inicialmente pensava dizer.

Há um provérbio Persa que diz que – “ninguém atira pedras a árvores sem frutos”. Essas pedradas atiraram em Junho de 2003 e voltaram agora a atira-las. Mas não serão essas pedradas que fazem cair os frutos, - minha querida amiga Dr.ª Ana Seíça Neves. Eu quero lembrá-la que realmente em Junho de 2003 a bancada do CDS não esteve presente, consequência de uma série de pedido feitos ao senhor Presidente da Câmara, que obtiveram “zero” respostas, pelo que o CDS um dia resolveu faltar às sessões, para ver se levava o senhor presidente da câmara de então a cair na realidade.

Ironia do destino, numa dessas sessões, apresentaram essa sessão, contra a atitude de nos quererem tirar o tribunal tributário.

Em Julho de 2003, logo a seguir, - o CDS como foi acusado, apareceu, e porque se tratava na altura da ministra da Justiça ser uma das militantes do CDS, nós quisemos deixar bem claro, que não estivemos nessa reunião, não pelas razões que nos apontaram, porque se estivéssemos teríamos votado essa moção, porque concordávamos na plenitude, com ela.

Lembro-me e tenho aqui o apontamento, que dizia: “- não foi a primeira vez que estivemos ausentes nas reuniões da Assembleia Municipal, já o tínhamos feito, juntamente com o PSD, aquando da discussão da famigerada tabela de taxas e licenças, também como medida de protesto resolvemos não comparecer, e o PS tira essas conclusões. É bom, senhora Dr.ª que quando quiser fazer referências ao passado, lhe contem a história na totalidade, porque nessa reunião seguinte, o CDS fez questão de dizer: - “teria votado a moção na sua plenitude”, e fez questão de pedir para as declarações ficarem registadas em acta, apesar de se tratar de uma militante que na altura era ministra a Dr.ª Celeste Cardona. Fizemo-lo e fizemos mais: - desafiámos a bancada do PS a ter a coragem, como nós tivemos, de afrontar os seus líderes desde que estivesse em causa os interesses e a salvaguarda dos interesses de Aveiro.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ao vir para Santa Joana, ou para qualquer freguesia, nós ficamos com a tentação, de considerar como factores de coesão, coisas visíveis. Diríamos: - era bom que aqui se fizesse

esta obra, para nos tornar todos iguais ou mais próximos uns dos outros, ou porque há um bem essencial, que numa freguesia está presente e é patente, e noutra tal não acontece.

Mas não é disso que eu venho falar aqui!

O que eu venho falar é de coesão, e coesão significa habitualmente escolas, cultura, desporto, significa o conjunto de fenómenos sociais, que unem uma determinada comunidade, que a tornam visível, unida e capaz de enfrentar desafios de futuro.

Quando venho aqui falar, venho falar de que Aveiro se fez de várias maneiras e uma das maneiras por que se fez, foi na criação de instrumentos naturais, fortes e potentes.

E venho aqui falar de um instrumento que tem sofrido ao longo do tempo algumas oscilações de humor e que não pode de modo nenhum ser esquecido.

Venho aqui falar expressamente de uma instituição, chama-se Conservatório de Musica de Aveiro, teve um papel fundamental entre 60 e 80 nas condições de inexistência de grandes reservas de acção liberal, e é claramente uma instituição que apesar de ser sistematicamente memorizada, é uma instituição que resistiu ao tempo, resistiu ao tempo todo, e é exemplar, porque não dependeu do tempo, não dependeu do desgaste para fazer o trabalho que tem. Depois dela, apareceu o ensino público de massas tal como nós o conhecemos e tentou tomar parte do trabalho do Conservatório. Depois da formação do conservatório, apareceu a universidade e menorizou um bocado isso.

Mas a escola artística de Aveiro por excelência, foi para a juventude de Aveiro o conservatório. O conservatório que foi criado inicialmente para a formação artística, no que isso significava de totalidade, era a musica, era a dança, a educação artística de um modo geral, incluindo as artes decorativas. E convém dizer, que apesar de todos os incidentes de percurso que este conservatório tem, ele manteve no essencial, níveis de degradação muito baixos, apesar de durante dezenas e dezenas de anos, não ser mantido, ter a manutenção que era desejável.

Dois problemas que tem o Conservatório: - um deles tem a ver com as oscilações de humor de ministérios, particularmente em relação aos docentes e em relação à certificação da formação artística e da música; outro tem a ver com a própria localização e a forma, como está o edifício e como ele deve ser conservado.

É um edifício especial, muito bem construído para a sua época, mas com condições muito especiais, que carecem de muitos cuidados; - e está aqui o Sr. Anileiro que sabe exactamente bem do que eu estou a falar.

E porque é que eu trago o assunto à colação?

Porque ele exige neste momento que a Câmara saiba exactamente neste caso, e o Prof. Élio Saberá ainda melhor, que o Conservatório mantém-se com uma última reserva de ensino publico e ao mesmo tempo livre, tão livre, tão livre, que os estudantes que o têm frequentado, frequentam em duplicação de horário, por causa da indefinição que há em relação ao ensino artístico, as pessoas que vão para o conservatório são as estudantes que querem fazer a sua formação normal, mas querem além do mais, ter educação artística e musical. As pessoas que vão para o conservatório vão por livre arbítrio, - é um sítio de livre arbítrio. No Conservatório, ao contrário do resto das escolas, incluindo a universidade, nós reconhecemos os actuais professores, mas bandas todas, mas nas escolas privadas, mas em todo o tecido artístico à volta de Aveiro, nos reconhecemos os nossos antigos alunos. Os alunos de ontem, são os professores de hoje: - tocam na “Manhã” da RTP, são os que tocam na maior parte dos sítios, são os que tocam nas orquestras das escolas superiores, nós reconhecemos as caras, por serem alunos ao mesmo tempo da escola normais, formais e serem alunos do conservatório, e serem actualmente professores etc. Nós reconhecemos o esforço profundo que se tem. E queremos dizer que reconhecemos, naquela escola, reconhecemos o repositório essencial de todo o desenvolvimento cultural a nível musical.

Reconhecemos que sem ela, não tinha havido formação complementar para os alunos das bandas, para as fanfarras, para tudo quanto há à volta de Aveiro.

E vimos aqui pedir, - e é a primeira vez que o vimos fazer, porque vamos fazê-lo várias vezes em relação a várias escolas, em relação a esta especialmente, porque ela é uma escola ligeiramente marginal, precisamos de reparar na sua essência.

Vimos pedir ao município de Aveiro, que faça o que tem que fazer! Defina qual é a política em relação àquilo. Não tem substituto; não há nenhuma hipótese de o substituir! E é criminoso na altura em que o ensino formal todo, está a abandonar o ensino da música, desde a mais tenra infância. É o nosso único repositório.

E mais, é mais original termos um conservatório em Aveiro desenvolvido, do que outra coisa qualquer. Porque universidades, há em muitos mais cidades do país do que um conservatório. Conservatórios são muito poucas; há muito poucos centros de influencia, pólos, como o conservatório. Muito poucos! Nós temos alguma coisa que herdámos e que temos de manter e prosseguir para diante.

Porquê neste momento falar do conservatório?

Porque o anterior executivo começou as obras de reparação, por causa dos problemas que tinha e uma parte ficou a meio e portanto, metade da ala foi feita e outra parte não foi feita.

Nós pedimos ao executivo, que defina quais são as políticas: continua ou não continua? O que é que faz dos edifícios todos? – Que é um corpo grande de edifícios, não é só o edifício do conservatório; tem a ACAV ensino artístico, tem o que era o antigo jardim infantil, tem um conjunto de valências, que têm que ser desenvolvidas e não minorizadas e não prejudicadas. O que vimos dizer hoje aqui, é que para esta freguesia, como para S. Bernardo, como para Eixo, como para Cacia, etc., o Conservatório é um elemento fundamental de coesão. Porque a coesão não é só social; - é ambiental, é patrimonial e é também e essencialmente cultural.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria começar por dar os parabéns a todos aqueles que tiveram a iniciativa de trazer aqui para esta freguesia a Assembleia Municipal; sem qualquer tipo de problemas partidários, nem de promessas eleitorais, penso que a iniciativa é de saudar, mesmo independentemente de algumas questões em termos regimentais.

Por outro lado, não me agradou particularmente ver aqui algumas pedras atiradas por parte da oposição para situações do passado, quando penso que já começamos a ter elevação democrática suficiente para reconhecer o que foi feito de bom, o que foi feito de mau e para ter a noção de que nem sempre criticar por criticar, nos leva ao melhor para Aveiro, e é nesse aspecto que eu venho aqui hoje.

Primeiro, dar um elogio às palavras do Dr. Candal, - todos sabemos o brilhante orador que é, mas por vezes perde-se em alguns problemas regimentais, mas hoje teve o brilhantismo de trazer aqui temas importantes, como o conflito islâmico, como o problema das extinções e fusão de freguesias.

Por outro lado, com a mesma elevação democrática que gosto e primar, venho aqui também elogiar a actuação do Teatro Aveirense, não restringindo portanto este elogio, à actuação da nova direcção. Penso que muito do que houve no passado foi bom, não foi tudo bom, não foi tudo mau, mas gosto sempre de dizer o que é que corre bem, e neste momento, vejo que o Teatro Aveirense está a correr muito bem. Gosto das tertúlias que lá há agora, uma dinamização do espaço muito importante, gosto que elas continuem; vejo que é um espaço bem aproveitado, como é o caso do café do Teatro Aveirense, - e convido desde já todos a visitarem; é um espaço de cultura, um espaço de convívio, um espaço que todos gostam de lá, isto depois de experimentarem.

Por outro lado, penso que a programação, todo o tipo de eventos, que até agora foram realizados foram bastante positivos. A partir do momento em que a programação tem qualidade, e de acordo com o estatuto de uma cidade como Aveiro requer, eu não tenho mais nada a dizer. A qualidade dos eventos é que importa neste caso.

Mas nem tudo é bom, e eu também gosto com a mesma elevação democrática de dizer o que é que não corre bem. E no caso de problemas que tenho visto, gosto de ouvir os cidadãos, gosto de perguntar o que é que não corre bem, gosto que me digam e que me forcem a trazer aqui problemas, que se vêm todos os dias por esse Aveiro, por esse concelho fora.

Neste caso gostaria de trazer aqui o problema do trânsito, que tem sido caótico, principalmente na Lourenço Peixinho. É certo que o novo túnel causou muitos problemas de planeamento, e eu concordo planeamento com isso, mas é preciso estudar o problema e tentar resolvê-lo.

Também na Lourenço Peixinho, não sei se se lembram daquele dia de tempestade que houve, foi notório e claro, uma inundação no espaço mais próximo da estação, e penso que aí poderá haver um problema de limpeza de esgotos, saneamento, sarjetas, que poderá e deverá ser corrigido.

Por outro lado, gostaria de trazer aqui um problema que me foi dirigido por uma educadora de infância, que se queixava de diversos problemas nos parques infantis. Ela falou-me no problema da Forca, mas penso que poderei generalizar. Há um problema claro de limpeza acima de tudo; depois há um problema de limpeza de dejectos de animais, penso que poderá ser eventualmente corrigido através daqueles recipientes, de alguma informação ao público que lá vai passear os seus animais de estimação.

Outro tipo de problema, que penso que será mais grave, que é o facto de se encontrar vestígio de consumo de drogas em alguns parques. E estou a falar do exemplo da Forca que foi o que me foi dado, foi o que me chegou, e penso que é um caso importante, ao qual deve ser dada a devida atenção e que deverá ser corrigido.

Por último queria deixar uma sugestão: - eu vejo muito poucos recipientes, e muito pouca informação no âmbito da separação dos lixos; penso que é um problema importante. Penso que uma cidade moderna e que gosta de estar na vanguarda da tecnologia, como Aveiro, deverá estar também na vanguarda destes avanços culturais, diria mesmo, e portanto, pediria a vossa atenção para aumentar o numero de locais onde é possível depositar o lixo separado, e talvez em conjunto com as entidades responsáveis promover uma campanha também para informar os aveirenses da campanha nacional que foi feita.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de começar por apresentar as minhas saudações à ANAFRE, na pessoa do Sr. Armando Vieira; para o Dr. Pedro Silva e os restantes elementos da Rota da Luz. Uma saudação muito especial, em memória de um senhor que era um excelente senhor (além do mais era portista), o Sr. Braga Alves. Ele merecia, e era um bom homem e tenho no meu coração.

Começaria agora pelas coisas mais comezinhas mas se calhar mais importantes.

Eu quero falar da redefinição e localização das paragens de autocarro; já houve uma altura em que falei disto com um senhor vereador, e acho incrível neste momento, e sendo ele do partido da posição, que se tenham feito relocalizações de paragens de autocarro e não se tenham previsto os abrigos para as pessoas. Há situações que eu considero, - por acaso o tempo tem estado mais ou menos, mas se houvesse chuva, há situações que não são comportáveis, e na minha opinião elas prendem-se ali por exemplo na Rua Gomes Luís de Carvalho e na Rua de Viseu; não houve alteração dos abrigos que lá existiam. Não só esses,

esses são só um exemplo, e se calhar existem outros e é importante que as pessoas tenham condições mínimas para poderem estar, são cidadãos, são fregueses, são munícipes e acho que devemos-lhes isso.

Segundo um dos outros assuntos que eu quero falar muito rapidamente tem a ver com os buracos em Aveiro e já foi aqui abordado esse assunto. As pessoas às vezes não necessitam de muita coisa, para se sentirem bem e terem qualidade de vida, e eu julgo que esta questão dos buracos em Aveiro, é uma questão que tem que ser primordial, e eu julgo que esta questão dos buracos em Aveiro, tem de ser primordial. São pequenas coisas que se calhar não têm um custo tão elevado, e são se calhar simples de fazer e de planear, - não sei, eu não estou na vossa posição, mas gostaria que me respondessem a isso, mas se calhar as pessoas ficavam satisfeitas e sentiam que de facto estavam a viver numa cidade que pretende ser civilizada, e uma capital do distrito de Aveiro.

Portanto eu julgo que nós temos de ter atenção a estas pequenas coisas, eu julgo que está a ser feito um esforço, eu compreendo que com a chuva que caiu tenha havido um problema, porque as chuvas de facto causam esses incómodos, alargam os buracos, etc., mas é preciso uma atenção especial para isso.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Trago a esta Assembleia, um petição de cidadãos, são cerca de cento e onze cidadãos, moradores na Urbanização das Glicínias.

Vou passar a ler a petição, e posteriormente entregarei a mesma petição à Mesa:

«Somos moradores na Urbanização das Glicínias e vimos expor a V. Ex.as uma situação que muito nos indigna e preocupa, e bem assim requerer aos vossos bons ofícios no sentido de solucionar o problema em apreço.

Passamos a expor:

i) Verifica-se que a rotunda junto ao Centro Comercial das Glicínias / Jumbo concentra uma grande afluência de tráfego automóvel, condicionado o acesso à zona habitacional e às zonas de descarga do Jumbo.

ii) Considerando o número de edifícios em fase de conclusão, prevê-se um aumento considerável do referido tráfego.

iii) Acresce ao referido, a instalação recente de um posto de abastecimento de combustíveis na zona mais problemática, cujo acesso provoca uma acumulação / estrangulamento / bloqueio na circulação da rotunda.

iv) Observa-se, também, o estacionamento abusivo em zonas proibidas (incluindo passeios) nos acessos adjacentes à rotunda, dificultando ou até mesmo bloqueando a circulação.

v) A presença pontual das forças de segurança tem tentado minorar estes efeitos, mas logo que se ausentam eles voltam a manifestar-se.

vi) Em períodos de quadras festivas e ao fim de semana, quando a afluência de visitantes é mais elevada, as vias envolventes tornam-se intransitáveis. Nesta circunstância, o eventual acesso de viaturas de socorro e /ou emergência é de todo impossível.

vii) Inicialmente, quando nos propusemos habitar neste empreendimento, fomos informados pelo promotor da existência de soluções viárias alternativas às existentes.

Solicitamos que seja feita a análise técnica à situação exposta, por parte da Câmara Municipal de Aveiro e, bem assim, lançar soluções com vista a resolução do problema em apreço.

Gostaríamos de ser informados se o Alvará de loteamento ou outro instrumento de planeamento para a zona prevêem um sistema viário que resolva os problemas descritos. Não

existindo soluções previstas para os referidos problemas, gostaríamos que a Câmara Municipal de Aveiro se dignasse a apontar soluções e bem assim implementá-las com urgência.

Solicitamos que seja dado conhecimento da presente petição aos seguintes organismos: Governo Civil de Aveiro, Polícia de Segurança Pública de Aveiro, Protecção Civil de Aveiro, bem como que seja promovida uma eventual reunião concertada entre estas entidades e onde estejam presentes membros da comissão de moradores, com vista a solucionar as questões em apreço.»

Para terminar, gostaria de lembrar o que diz o nosso regulamento de PDM, relativamente aos postos de abastecimento de combustíveis; diz então o artigo 13.º: - «Sem prejuízo da legislação vigente, a Câmara Municipal poderá indeferir a construção de postos de abastecimento de combustíveis no interior dos aglomerados urbanos desde que: a) afectem negativamente a imagem urbana e ambiente paisagístico na zona em que se inscrevem, ou provoquem efeitos poluidores do ambiente, através de efluentes líquidos e gasosos, que produzam; b) agravem as condições de circulação rodoviária; c) afectem as condições de segurança na área onde se localizam»”

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar e de uma forma muito telegráfica, uma vez que já passaram por aqui anteriores oradores, que focaram estes temas, gostaria de enviar duas saudações muito especiais. Em primeiro lugar, ao meu caro amigo Armando Vieira, pela sua reeleição para Presidente da ANAFRE, em segundo lugar, ao também meu amigo e ex-colega de vereação, o Dr. Pedro Silva pela sua eleição, e pela sua equipa para a Região de Turismo da Rota da Luz. Desejo a ambos os maiores sucessos, em prol das instituições que defendem, e em prol do distrito de Aveiro.

Queria dirigir-me ao executivo e agradecer ao próprio, na pessoa do senhor presidente, pelo cumprimento de uma promessa e de uma decisão tomada, pelo executivo anterior e do qual fazia parte, a justíssima homenagem ao extinto Braga Alves; distinto Presidente da Junta de Freguesia da Glória, e excelente colega. De tão democrático que era, foi o único Presidente de Junta, que na altura pertencia ao partido que suportava o executivo, que respondeu sempre “presente”, a todas as solicitações que lhe foram endereçadas e aos demais presidentes de junta a fim de participarem em reuniões, com os elementos eleitos pelo PSD nesse executivo. Respondeu sempre presente “sim”, - com muita frontalidade. Aprendi muito com ele no exercício da democraticidade.

Um reparo à Câmara Municipal de Aveiro: sabemos das dificuldades que atravessa, mas também queremos saber das dificuldades que todos nós, enquanto munícipes atravessamos, nomeadamente quando atravessamos as estradas, - as vias de comunicação. Eu fazia um apelo, - pelo menos tentar tapar alguns buracos que por ai andam, e referia só dois aqui, por estarmos em Santa Joana: a Av. Santa Joana aqui mesmo em baixo, em frente ao Centro de Dia e ao Centro Social de S.ta Joana, que está completamente esburacada. Não faz sentido a existência daquelas lombas na estrada, porque não se pode andar a mais de 10km/h, tanto são os buracos; e uma outra artéria desta freguesia que ficou trabalhada a meio, que é a Rua dos Campinhos, a rua que liga a freguesia de S.ta Joana à freguesia de S. Bernardo, e à freguesia de Oliveirinha, de seu estado lastimoso.

Dizem-nos que é por causa da intervenção que foi feita do saneamento. O saneamento foi executado há precisamente cinco anos e dois meses. É tempo de se por a reposição do pavimento.

Finalmente não queria deixar de endereçar por intermédio da Mesa, ao executivo, a formalização de uma proposta: - tenho-me congratulado por algumas notícias que têm surgido na comunicação social da tentativa deste executivo, em captar investimento para o nosso município. Saúdo! Deve ser mais veemente, se calhar, o trabalho, e daí ter a ousadia de propor à Câmara, a exemplo de um centro que já existe na estrutura da câmara que é o CIAC – centro de Informação e Apoio ao Consumidor, porque não a criação ou desenvolvimento, não de um CIAC, mas de um CIAI – Centro de Informação e Apoio ao Investimento em Aveiro, que cumprisse com três premissas que para mim são fundamentais: centralização, agrupamento e dinamização.

Centralização porquê? Porque qualquer investidor que quisesse investir em Aveiro, sabia onde é que se pode dirigir e obter informação; Agregador porquê? Porque poderia agregar muitos dos serviços que estão dispersos e são municipais, numa única fonte de informação. Dinamizador porquê? Porque estrutura pequena como é, pode dinamizar, isto é, levar o município de Aveiro e a sua área territorial aos mais diversos pontos do país e quiçá, do estrangeiro. Era esta sugestão que eu gostaria de fazer e agradecendo a atenção que me foi dispensada.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Esta iniciativa da Assembleia Municipal é de louvar e de registar, desde logo porque consubstancia em si um reconhecimento do importante papel das freguesias, enquanto o governo de proximidade e da mais valia daí resultante para as populações, que toda a gente reconhece como fundamental, mesmo agora na era da informática e da Internet.

A propósito disto, dizer-lhes que do ponto de vista da proximidade, estamos a atravessar uma época de uma perspectiva de uma pandemia, com a questão da gripe das aves, e as freguesias serão brevemente chamadas a desempenhar um papel importantíssimo no acompanhamento desta matéria perspectivando que não aconteça nenhum desastre para a população portuguesa. Portanto, também aqui será reconhecido um papel importante às freguesias, em protocolo que há-de ser assinado brevemente.

Uma palavra de saudade para o nosso colega falecido, o Sr. Braga Alves. Em boa hora a câmara decidiu e bem, parabéns à câmara pela iniciativa, fez um acto de justiça e cabe aqui a todos nós, lembrar aquele cavalheiro que era o colega Braga Alves, de boa memória e que todos guardamos com saudade.

A questão do Tribunal Tributário. Sr.ª Dr.ª Ana Maria Seiça Neves: - gostei muito de a ouvir na sua primeira intervenção. Permita-me que lhe diga com simpatia, foi infeliz! Foi infeliz porque fez acusações injustas. Primeiro, injustas à Assembleia Municipal de Aveiro. Foi profundamente injusta porque esta Assembleia fez aquilo que tinha a fazer. Foi injusta para com muitos aveirenses do distrito que muito se envolveram do plano pessoal, eu também fui um deles, o mais humilde porventura, que nas minhas relações ao nível do governo procurámos influenciar e alterar e impedir que essa decisão fosse tomada, então a meu ver de uma forma obstinada e insensata, isso foi dito. Foi injusta para com um senhor deputado falecido – Manuel Oliveira, de Santa Maria da Feira. Um grande deputado, um grande aveirense; um homem de uma dedicação extrema, ao trabalho, ao labor e às preocupações e à vivência dos problemas do nosso distrito. Ele foi incansável nessa luta, - infelizmente já desaparecido.

Portanto, fez um conjunto de afirmações e eu quero aqui repor a verdade dos factos, o resto já lhe foi dito. Nós tudo fizemos para que este tribunal dentro daquilo que nos era possível, não tivesse sido retirado a Aveiro. Infelizmente o governo de então, - mal, foi imune àquilo

que era a fundamentação, nomeadamente em termos de representatividade, nomeadamente em termos de número de processos daquele tribunal específico, que obviamente Viseu nada tem a ver com Aveiro, nessa matéria.

Mas eu faço aqui também um apelo aos colegas do Partido Socialista, sabendo todos nós que foi uma profunda injustiça para com o distrito de Aveiro, o governo do partido socialista tem uma boa oportunidade para ratificar este erro, e nós reconhecê-lo-emos aqui na Assembleia. Faço aqui um apelo à bancada do Partido Socialista para que mova as suas influências, para que reponha em Aveiro e devolva a Aveiro aquilo que daqui tirou, injusta e infundadamente.

Quero-vos dizer que antontem tive uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Assuntos Fiscais, - não se falou de tal coisa (falou-se de outras questões de interesse), e não ouvi nunca um governante, e muito menos do ministério das finanças, ser tão elogioso para com um distrito, como ele referiu inúmeras vezes, que Aveiro era para ele uma “referencia do plano nacional”, sob vários aspectos que não interessam para aqui, e eu fiquei muito contente de ouvir isso, do ponto de vista, - e naquele caso uma das questões que ele mais citava era a modernidade de actuação dos contribuintes de Aveiro.

Portanto, o Partido Socialista tem uma grande oportunidade de nós lhe batermos palmas, quando conseguir o regresso do tribunal a Aveiro.

Quero aqui agradecer e cumprimentar o Sr. Vereador Pedro Silva e a sua equipa da rota da Luz, - parabéns pela eleição, e desejar-lhes um profícuo trabalho para que a Rota da Luz se desenvolva e obviamente obtenha para a nossa região, aquilo que todos nós desejamos que é uma imagem de qualidade e um crescimento e notoriedade ao nível do turismo desta mesma região.

Termino, Senhora Presidente, agradecendo os cumprimentos que me foram dirigidos enquanto presidente da ANAFRE, é uma eleição que me honra, e penso que também honra Aveiro, embora se traduza numa enormíssima responsabilidade, agora aumentada pelas mudanças que estão em curso, nomeadamente quanto à extinção e fusão de freguesias.

Mas a propósito disto só direi o seguinte: se a ANAFRE tem alguma razão de existir, - e tem, e muitas são, não vale a pena estar aqui a falar delas, há uma que é muito recente; - o governo recuou em toda a linha desta matéria, fruto do trabalho da ANAFRE. Brevemente sabereis os contornos daquilo que é a proposta do governo, que é uma versão “light” daquilo que inicialmente estava previsto.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Queria só fazer um esclarecimento, e é o seguinte: - não é verdade, e que eu saiba o meu amigo Marques foi vereador da câmara no mandato anterior, e não é verdade que aquilo que disse, que quando algumas juntas de freguesia do PSD, convocavam ou convidavam para reuniões, elementos do Partido Socialista, que o único que foi sempre, foi o nosso amigo e falecido Braga Alves, o que não é verdade. E os Presidentes de junta que estavam no anterior mandato, podem dizer se é verdade ou não.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de responder a algumas intervenções que me foram dirigidas, principalmente pelo Sr. Armando Vieira e neste sentido, o que eu considero que é infeliz, foi aquilo, - e vai-me permitir que eu lhe diga: aquilo que acabou de dizer, que eu não tive oportunidade à bocado de responder também ao Sr. Deputado Santos Costa, e é o seguinte: - eu quando fiz aquela minha alocução, falei na Assembleia. Não falei da Assembleia Municipal. Os senhores que estavam na Assembleia Municipal, sentiram-se incomodados e reagiram. Eu não estava cá, e

por acaso também li as actas, portanto, não há infelicidade nenhuma. De facto houve muita gente que foi contactada naquela altura e houve muita gente que apoiou, mas também houve muita gente, nomeadamente os partidos da maioria, que apoiando, não deram a cara; e não estou a falar para ninguém que aqui esteja presente, mas que eu conheço.

E portanto, eu só me congratulo se toda a gente está de acordo, realmente foi uma loucura sair daqui o tribunal tributário, - já o disseram. Mas não é infelicidade, - peço desculpa, infelicidade da minha parte.

Infelicidade é as pessoas pensarem que se tira daqui um tribunal que não tem qualquer representatividade!

Infelicidade é as pessoas pensarem que Aveiro, vai variando conforme a nuance política do governo!

Isso é que é! Nós somos aveirenses temos obrigação de lutar por aquilo que se passa aqui no nosso distrito, doa a quem doer.

Quanto ao regresso eventual do tribunal tributário!? Pois venha senhor deputado. Ele não devia era nunca ter saído. E agora está-se a tratar de regressar, e o Senhor Presidente da Câmara já o disse, que eu sei que teve reuniões, como sabe eu também já as tive no desempenho de outras funções, que não as que estou a desempenhar aqui hoje, e que portanto agora vai-se tentar recuperar uma asneira enorme que se fez, porque o tribunal tributário existia desde sessenta e quatro em Aveiro, e quem vinha cá trazer os processos tributários era Viseu e as outras coisas. Portanto, o que eu me insurjo é que apesar de nós termos cada um a nossa opção política, temos alturas certas para dizer “NÃO”! – Seja ao meu partido, seja o “seu”, seja outro qualquer. Devemos lutar pelos interesses de quem nos põe aqui.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

ⓓ

Continuando, a Presidente da Mesa, colocou à votação o Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PSD, pela eleição do Presidente de Junta de Freguesia Armando Vieira, como Presidente da ANAFRE para sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião que será no dia 03 de Março (6.ª feira) pelas 20:30 horas, na sede da Assembleia Municipal.

Eram 22:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)